

**GREVES DE MASSA NO SUL GLOBAL E RENOVAÇÃO TEÓRICA
NOS ESTUDOS DO TRABALHO**

***MASS STRIKES IN THE GLOBAL SOUTH AND THEORETICAL RENEWAL
IN LABOR STUDIES***

Patrícia Vieira Trópia*

NOWAK, Jörg. **Mass strikes and social movements in Brazil and India: popular mobilization in the Long Depression**. London: Palgrave Macmillan, 2019.

O movimento sindical não faz apenas greves, nem o movimento operário se resume ao movimento sindical. Os sindicatos não podem existir sem a arma das greves (p. 313), mas nem sempre as greves se iniciam com a presença sindical. Greves, paralisações, piquetes, boicote, operação tartaruga, manifestações de rua, bloqueios de estradas e prédios, assembleias, ocupação do local de trabalho ou de prédios públicos são algumas das formas de protesto que fazem parte da tradição operária. Frequentemente, paralisações e greves se conjugam a outras formas de protesto social. Em certas conjunturas, o movimento sindical faz alianças com partidos e movimentos sociais, em outras os trabalhadores deflagram protestos à revelia dos sindicatos (no Brasil é clássica a expressão nativa empurrar o pelego pela barriga) ou ainda para reivindicar o reconhecimento do direito à livre associação sindical (tão explícito nos casos indianos: num deles o Estado protelava o reconhecimento do registro sindical; em outro, no passado não muito remoto, os trabalhadores foram representados por um sindicato de direita). Compreender as determinações estruturais e conjunturais que levam os trabalhadores a se organizar e a agir como agem – de que forma, com que forças e em que condições históricas – é a tarefa que Jörg Nowak se coloca, quando pesquisa as greves de massa e os movimentos sociais que agitaram a onda grevista no Sul global durante a longa depressão que se seguiu à crise de 2008.

“*Mass strikes and social movements in Brazil and India – popular mobilization in the Long Depression*”, publicado em 2019 pela Palgrave Macmillan, na coleção *Studies in the Economy of Public Policy*, é um livro incontornável, um ponto de inflexão nos estudos globais do trabalho e do sindicalismo, não apenas pelos casos que analisa como pelo trabalho teórico que desenvolve, impulsionado pela convicção segundo a qual urge uma renovação na teoria das greves.

* Docente do Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: tropia@uol.com.br

Nowak não se apresenta como um intelectual do Norte que explica o Sul. Munido de uma perspectiva antieurocêntrica, posiciona-se como um intelectual político que busca aprender com o Sul anti-imperialista e colocar conhecimento universal e conhecimento popular (dos grevistas e dos atores sociais) em diálogo. Neste sentido, assume o compromisso de desenvolver um trabalho teórico que segue de perto as práticas dos movimentos sociais, o que não significa sucumbir às categorias teórico-políticas empregadas pelos sujeitos pesquisados, mas “olhar mais de perto as contradições e conjunturas políticas específicas que esses sujeitos enfrentam e estão envolvidos” (p. 12), procedimento que Uday Chandra denomina “uma política da escuta”.

Nowak combina rigorosa apresentação das hipóteses, evidências e dados etnográficos à exposição de conceitos e teorias (teoria marxista do valor, teoria das classes, teorias clássica e tradicional das greves), que são, especialmente no capítulo 2, problematizados com o objetivo de avançar o conhecimento e produzir uma nova teoria das greves. A teoria das relações industriais, construída a partir da experiência em países centrais, é interpelada pois “apenas uma teoria das greves que vá além da ênfase nos sindicatos e no local de trabalho será capaz de compreender as formas de conflito trabalhista que afetam a maioria da população mundial e a classe trabalhadora global” (p. 3).

Resultado de uma investigação de fôlego, amparada em larga pesquisa etnográfica (alguns protestos foram deflagrados quando Nowak realizava trabalho de campo, ver p. 240), conduzida junto aos trabalhadores industriais de dois países emergentes, membros dos Brics, o livro analisa as ações de rebeldia de trabalhadores metalúrgicos na Índia e operários da construção civil no Brasil, ações que eclodiram no contexto recessivo pós-crise de 2008. Precisamente, Nowak analisa as greves de massa e os movimentos sociais no período entre 2010 e 2014: suas determinações econômicas e políticas, o contexto em que ocorrem, a dinâmica das lutas e dos conflitos e as novas formas de mobilização e organização resgatadas da tradição operária pelos grevistas, das experiências exitosas ou frustradas que vivem na memória social.

As greves de massa expressam a dinâmica da luta de classes, ou como o autor procurará demonstrar, a dinâmica espacial das greves de massa expressa os conflitos de classe. Mobilizando distintas formas de protesto, os trabalhadores buscaram acumular forças no plano reivindicativo, ter suas reivindicações e reclamações ouvidas pelas empresas, criar sindicatos autônomos e, à medida que o conflito capital-trabalho se acirra e aumenta a presença repressiva estatal,¹ libertar trabalhadores presos e defender os demitidos, lançando mão de organizações classistas e mais amplamente solidárias.

As manchetes dos principais veículos da mídia deram visibilidade às greves, com destaque para os atos de hostilidade e violência, inclusive um incêndio ocorrido numa das fábricas da Maruti Suzuki na Índia, e a presença da polícia e de batalhões especiais nos locais de trabalho. Nowak procura tirar todas as consequências teóricas e políticas da utilização da

¹ No caso indiano, um batalhão da polícia permaneceu por dias no interior da fábrica da Maruti Suzuki em Manesar – o que nos faz lembrar, no Brasil, da histórica greve de 1988 na CSN, estudada por Edilson Gracioli (1997).

violência nas greves. Nem condenar, nem romantizar as formas sociais do conflito grevista. Neste sentido, o autor critica tanto a criminalização dos rebeldes quanto as interpretações que apelam ao heroísmo dos mais humildes, prisioneiras de um idealismo que ofusca o movimento concreto dos trabalhadores. As greves estudadas são violentas, mas não são “selvagens”, como tipificadas comumente. Como sublinhou Engels, “mesmo os atos mais violentos de hostilidade dos operários contra a burguesia e seus servidores não são mais que a expressão aberta e sem disfarces daquilo que, às ocultas e perfidamente, a burguesia inflige aos operários” (2010, p. 248). Atos de rebeldia são constitutivos das greves de massa. Elas expressam as condições concretas e reais por meio das quais os trabalhadores buscam realizar suas utopias e nutrir suas esperanças.

Que condições concretas e reais explicam a eclosão de greves de massa na periferia do capitalismo pós-crise de 2008?

Os quatro casos estudados no Sul global são analisados como parte de uma onda grevista mais geral da classe trabalhadora mundial, em resposta aos perversos efeitos das mudanças políticas e econômicas de longo e curto prazos. No capítulo 3, Nowak analisa os efeitos das transformações na produção e na economia capitalista desde meados da década de 1970 “em direção a um sistema baseado no imperialismo, nas redes produtivas globais, nas trocas desiguais e no regime de trabalho de informalidade-precariedade” (p. 97). A dispersão mundial das cadeias globais de suprimentos corresponde à busca pelo menor nível salarial possível, por locais onde salários possam ser praticados abaixo do custo de reprodução da força de trabalho (tal como formulado por Ruy Mauro Marini); condições insalubres e precárias de trabalho sejam permissíveis; longas jornadas praticadas; e impactos ambientais menos regulamentados. Embora a menor mobilidade da força de trabalho nos países periféricos também seja condição da sua superexploração,² segundo Nowak “o principal motivo para a reorganização da produção em escala global são os salários mais baixos em países não centrais” (p. 99).

Nos dois países encontra-se, antes de tudo, o capital imperialista. O regime trabalhista de informalidade/precariedade é a regra, não a exceção, e está estreitamente articulado ao trabalho formal. O exército industrial de reserva é uma característica permanente das formações sociais capitalistas, embora a acumulação de capital nas formações periféricas não possa absorver mão de obra na mesma grandeza nem adote o mesmo padrão de proteção social relativamente aos países centrais. Neste sentido, ao colocar em evidência a violenta natureza dos modelos capitalistas dos Brics, ou seja, as contradições entre brutais condições de trabalho e crescimento econômico, o estudo de Nowak revela em que bases históricas e materiais emergiram as economias emergentes e, ao mesmo tempo, as condições para as ações de rebeldia.

No curto prazo, as greves respondem aos efeitos da crise global de 2007-2008, às perdas sociais acumuladas com a adoção de políticas de ajuste neoliberal, bem como à precarização

² Neste rearranjo mundial, o percentual de trabalhadores industriais dos países não centrais passou de 53%, em 1980, para 79% em 2010. Neles, desde 2000, há uma considerável expansão da produção sem o crescimento de salários. No caso indiano, triplicou a produção entre 2001 e 2012, enquanto os salários tiveram queda de 18% (p. 104).

das condições de vida e trabalho nos países emergentes. A desaceleração econômica decorrente da crise não se fez sentir de forma pronunciada nos primeiros anos nos Brics, mas, a partir de 2011, as economias brasileira e indiana passam a sofrer os efeitos da queda no preço das *commodities*, nos fluxos líquidos de capital e nas exportações (no caso brasileiro com queda de 20%). As respostas econômicas nos dois países são, contudo, distintas – “a Índia retomou uma trajetória de alto crescimento enquanto o Brasil resistiu bastante bem nos primeiros anos da crise e depois enfrentou uma queda a partir de 2014” (p. 111). As economias emergentes são, a rigor, constitutivas da crise de 2008, já que o fluxo de investimentos para os países periféricos tem efeito rebote tanto no nível tecnológico quanto no padrão produtivo dos países centrais.

A investigação tomou como objeto quatro movimentos grevistas: dois no setor da indústria automobilística indiana e dois no setor brasileiro da construção civil (analisados nos capítulos 4 e 5). Na Índia, as mobilizações grevistas ocorreram na fábrica de Manesar da Maruti Suzuki, em 2011 e 2012, e na fábrica de Chakan da Bajaj Auto, segunda maior produtora de motocicletas, em 2013. No Brasil, as greves dos operários da construção civil ocorreram em obras do PAC: em Pecém, no estado do Ceará, nas obras da Usina termoelétrica do Pecém (UTE), em 2011, e da Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP), no verão de 2014; em Belo Monte, estado do Pará, na construção da barragem da hidroelétrica de Belo Monte, em 2012.

Embora tenham ocorrido quando Brasil e Índia eram governados por partidos de centro-esquerda (Partido dos Trabalhadores e Partido do Congresso Indiano, respectivamente), as greves foram reprimidas pelos governos de plantão. A despeito da conjuntural melhoria do padrão mais geral de vida nos países emergentes,³ as greves no Brasil e na Índia eclodiram contra as brutais condições de trabalho. O padrão precário e informal de contratação (subcontratação/terceirização) constitui um dos condicionantes das greves (em 2012, 64% dos operários da construção civil no Brasil eram subcontratados e recebiam a metade do salário dos contratados diretamente pelas empresas, ver p. 210-211). Esse padrão impõe diferenças salariais ainda maiores e distintos direitos aos trabalhadores contratados diretamente e subcontratados, estimula a concorrência entre eles e pressiona para baixo o nível mínimo necessário à reprodução da força de trabalho. Nos casos da construção civil, eram recorrentes as reclamações em relação ao pagamento dos salários, falta de infraestrutura, baixa qualidade da alimentação, dos alojamentos e transporte nos canteiros e falta de segurança e de assistência médica. Na Índia, generalizou-se uma revolta contra as irregularidades no pagamento dos salários (desconto salarial em função do tempo para uso de banheiros e alimentação; suspensão por rir ou cantar durante o trabalho), em um contexto de flagrante aumento da produtividade às custas da intensificação do trabalho.

Todavia, das insuportáveis condições de trabalho e vida brotam ações de rebeldia e a necessidade de uma luta unitária e solidária.

3 Em 2000, “os países dos Bric (sem a África do Sul) representavam cerca de 8% do produto interno bruto (PIB) global, percentual que subiu para 19% em 2011 e 22% em 2015 (19,5 e 23 % se a África do Sul for incluída)” (p. 109).

Lançando mão de táticas presentes na tradição operária, como ocupação, piquetes, boicote, bloqueios de rua e dos locais de trabalho, entre outras, as greves metalúrgicas e na construção civil seriam expressão das mais avançadas e ofensivas lutas da onda de conflitos e protestos do período 2010-2014. Deflagradas majoritariamente sem a presença orgânica dos sindicatos (no caso indiano em defesa do registro sindical e no caso brasileiro à revelia do sindicato existente), as greves foram reprimidas pelas forças policiais e até por gangues. Nos momentos mais conflituos, os grevistas puseram em prática formas de ação direta – entre as quais o quebra-quebra, incêndios em habitações, escritórios, alojamentos e de veículos, bloqueios de estradas – e enfrentaram tanto os quadros administrativos e de segurança das empresas quanto a reticência das lideranças sindicais (no Brasil é recorrente a utilização da expressão lideranças “pelegas”)⁴. Com seu poder institucional fragilizado, os trabalhadores forjaram novas formas de organização e de protesto, buscando apoio e solidariedade de outros movimentos sociais (indígena, afetados por barragens, ambiental, estudantil), de tal modo que, nos casos estudados, a ação grevista, tradicionalmente mobilizadora de recursos de poder estrutural (bloqueio da produção e da lucratividade), transcende o local de trabalho para se sustentar em grande medida no poder social.

Nowak analisa os casos dos metalúrgicos indianos e operários da construção civil brasileiros como greves de massa e de vanguarda. Do conjunto da bibliografia, uma contribuição influente é a teoria das greves de massas da marxista revolucionária polonesa Rosa Luxemburgo. Segundo Rosa, as greves de massa assumem formas mais desenvolvidas de resistência popular em países de desenvolvimento tardio; elas também eclodem sem a presença de sindicatos. As greves de massa não constituem formas de agitação regular; elas contêm algo de excepcional, novo, pois expressam as tarefas das massas nas lutas vindouras. Nowak também examina o debate em torno dos ciclos de Kondratieff. Além da duração do ciclo de Kondratieff (entre 64 e 72 anos), a literatura discute as ondas grevistas internacionais no interior do ciclo de greves e em relação aos ciclos econômicos. Nikolai Kondratieff e Michelle Perrot compreendem que a luta de classes se intensifica nos períodos de alta econômica, enquanto Ernesto Screpanti identifica nesses períodos uma moderação da atividade grevista. O pico de greves não apenas não coincide com o ápice econômico como coloca fim à prosperidade “uma vez que os aumentos salariais resultantes dessas ondas de greve têm um impacto severo na taxa de lucro” (p. 113). John Dunlop e Gaston Imbert afirmam, por sua vez, que grandes depressões econômicas são

4 Na Maruti Suzuki, o impedimento do registro sindical, a realização de um *lockwout*, a suspensão de grevistas e a demissão de terceirizados ampliou a revolta dos trabalhadores que fizeram uma operação tartaruga, piquetes, paralisações generalizadas por outras fábricas e greves com ocupação, exigindo o reconhecimento do sindicato e a readmissão dos terceirizados. A resposta estatal foi o envio da polícia e a exigência de desocupação das fábricas; a resposta patronal também veio com a demissão de lideranças e a recusa ao registro sindical. Em 2012, finalmente os trabalhadores obtêm o registro do Sindicato dos Trabalhadores Maruti Suzuki (MSWU) e apresentam uma pauta ampla de reivindicações, cuja resposta foi o afastamento de lideranças e instalação de comitês visando a esvaziar o poder sindical. O clímax ocorreu em 18 de julho de 2012 quando, em meio a uma briga generalizada entre trabalhadores e supervisores, ocorre um incêndio e a morte de um gerente, levando à demissão de 2.346 e à prisão de 148 trabalhadores que permaneceram no cárcere por três anos (p. 142).

seguidas por períodos de agitação. Por fim, Nowak recupera, da geografia econômica e do trabalho, o instrumental analítico das dimensões espaciais – espaço e lugar – para analisar as greves de massa. Uma (provisória) hipótese seguida por Nowak é a de que as greves de 2010-2014 comporiam uma onda de agitação nos países periféricos no rastro de uma longa retração econômica, com a novidade de testemunharem uma queda na sindicalização – diferentemente de James Cronin e John Kelly que vinculam ondas grevistas ao crescimento de filiados (p. 115-116).

Segundo Nowak, greves de massa são greves que mobilizam trabalhadores até então desorganizados e que se tornam eventos políticos significativos além do local de trabalho. Que efeitos ou impactos organizativos resultam das greves de massas examinadas pelo autor?

Nowak distingue três tipos de greves de massa em termos organizativos: “greves de massa demonstrativas”, “greves de massa de combate coordenadas centralmente” e “greves de massa de combate dirigidas por trabalhadores”. No Brasil e na Índia, elas são identificadas como “greves de massa de combate dirigidas por trabalhadores”, pois os sindicatos tiveram menor engajamento na coordenação dos movimentos.

Em termos organizativos, as greves estudadas têm impactos distintos. Nos casos das greves na Maruti Suzuki e na hidroelétrica de Belo Monte, chegaram a ser construídas articulações mais perenes com movimentos sociais, recursos cruciais para manter viva a ação dentro da fábrica e no canteiro, e novas organizações de base focadas na mobilização de trabalhadores informais (Maruti Suzuki). Não obstante, noutros casos, como em Pecém, houve articulação entre os sindicatos oficiais e os trabalhadores informalmente organizados nos locais de trabalho, mas o saldo organizativo foi bem reduzido.

Segundo Nowak, uma das principais características das greves de massa é a amplitude do seu impacto na sociedade. Em ambos os países, as greves de massa ocorreram em períodos de agitação e manifestações de rua lideradas pelas classes médias em nome do combate à corrupção, aos quais se seguiu uma guinada à direita (pela via eleitoral na Índia em 2014 e por meio de um golpe no Brasil em 2016). Que efeitos ou impactos as greves produziram no contexto mais amplo?

Nowak avalia que as greves foram ignoradas pelos protestos de rua, a despeito de sua presença nas mídias nacionais, e não encontraram apoio de partidos políticos ou demais forças sociais (com exceção de uma Central e de alguns sindicatos próximos ao Partido Comunista na Índia e do Partido Aam Aadmi; e no caso brasileiro do PSTU). No caso brasileiro, o “novo sindicalismo” (CUT), força social que emerge nos anos 1980, é o grande ausente. O fato de serem ofuscadas – pelas manifestações de rua e pela maioria dos estudos sobre as manifestações

– não significa que as greves não tenham produzido efeitos políticos.⁵ Elas estariam na raiz da crise política (BOITO JR., 2016; BRAGA, 2016; SOUZA, 2017; BASTOS, 2017; SINGER, 2018; TROPIA, 2020) que levou ao golpe de 2016 no Brasil e, posteriormente, à retirada de direitos e ao enfraquecimento dos sindicatos com a Reforma Trabalhista de 2017.

Neste sentido, Nowak chega à conclusão de que os movimentos grevistas, tanto na Índia quanto no Brasil, não foram capazes de construir um amplo arco de alianças políticas para além do espaço local em que ocorreram, a despeito ou por causa de seu caráter de massa. As articulações com movimentos sociais e a criação de redes de apoio comunitárias, regionais e familiares, foram fundamentais, mas insuficientes pois as greves concorreram com manifestações de rua dirigidas por setores conservadores das classes médias, cujas pautas eram contrárias ao “reformismo fraco” adotado pelos governos.

Greves de massa são greves geograficamente abrangentes (nacionais) sem coordenação central, o que não significa que não tenham padrões espaciais, padrões que são identificados a partir dos seguintes níveis de análise: (a) locais de mobilização, (b) condições espaciais em um determinado conglomerado industrial e numa região, (c) tradições políticas inscritas em uma determinada área espacial e (d) ondas de greves nacionais ou regionais como um determinado evento socioespacial ou série de eventos. Em cada um desses níveis, é possível identificar dinâmicas espaciais próprias, como por exemplo no nível “local de mobilização”, em que o espaço do bairro por vezes ecoa o espaço do trabalho, ou quando o espaço da rua cala o espaço do trabalho. Ou identificar nas experiências locais, regionais e nacionais distintas tradições políticas que, contidas na memória coletiva (derrotas, vitórias), podem estimular ou acomodar as lutas.

Nowak conclui que o curso de uma greve depende muito da rede social mais ampla que existe em torno dela, das tradições políticas específicas de uma região e da dinâmica espacial (se a greve faz parte de uma série de greves mais amplas de abrangência regional ou nacional).⁶ Uma vez iniciada uma greve, os fatores além do local de trabalho se tornam mais importantes, o que inclui não apenas o ambiente social mais amplo, mas também a capacidade dos trabalhadores de interferirem na produção e no lucro das empresas.

Dentre as contribuições do livro, destaco especialmente três.

Em primeiro lugar, o desenvolvimento de uma “nova” teoria das greves, doravante referência incontornável nos estudos globais do trabalho. Ao interpelar o campo de estudos do trabalho com uma proposta marxista de renovação da teoria das greves, o trabalho de Nowak lança luzes sobre as lutas sociais na conjuntura brasileira mais recente, como expressão de

5 Nowak questiona as abordagens que colocam em foco exclusivamente as manifestações de rua e que descuram ou até mesmo encobrem o papel das greves e do movimento de trabalhadores no Brasil e na Índia naquela conjuntura. Dois excelentes estudos analisam o peso das lutas e protestos populares (assalariados formais ou informais na luta por melhoria dos serviços públicos e por demandas por moradia, sem teto, sem-terra) no conjunto das lutas mais gerais (SOUZA, 2011; TATAGIBA; GALVÃO, 2019).

6 Quanto à dinâmica espacial das greves de massas, Nowak apresenta a seguinte tipologia: “greves de imitação setoriais”, “greves nacionais intersetoriais” e “greves de massa regionais”.

uma luta global. Essa proposta teórica permite que as greves sejam analisadas para além do plano reivindicativo, como expressão das disputas políticas entre classes e frações das classes trabalhadoras (as greves operárias não são paralelas aos protestos de rua de classes médias, não são coincidentes; elas são concorrentes e mutuamente subordinadas).

Em segundo lugar, a metodologia comparativa internacional, enriquecida com as incursões etnográficas feitas pelo autor na Índia e no Brasil.

Em terceiro lugar, o método de exposição. Nowak introduz cada capítulo com a apresentação das partes constitutivas e perguntas centrais e finaliza-os com as principais conclusões alcançadas. Não fosse a acuidade na exposição, o leitor se perderia facilmente tal a profusão de autores, conceitos, teorias e dados examinados.

A leitura do livro é muito estimulante e inescapável pelas qualidades já apontadas. Neste sentido, cabe saudar sua publicação – e quiçá sua tradução para a língua portuguesa – que certamente contribuirá tanto para futuros estudos globais do trabalho quanto para a luta global dos trabalhadores.

Referências

- BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia. *Rev. Econ. Contemp.*, Rio de Janeiro, n. especial, p.1-63, 2017.
- BOITO JR. Armando. Os atores e o enredo da crise política. *In: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (org.) Por que gritamos golpe?* Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo editorial, 2016. p. 23-27.
- BRAGA, Ruy. O fim do lulismo. *In: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (org.) Por que gritamos golpe?* Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo editorial, 2016. p. 49-53.
- ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.
- GRACIOLLI, Edilson. *Um caldeirão chamado CSN: resistência operária e violência militar na greve em 1988*. Uberlândia: EDUFU, 1997.
- SINGER, André. *O Lulismo em Crise. Um Quebra-Cabeça do Período Dilma (2011–2016)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- SOUZA, Davisson Charles Cangussu de. Lutas sociais e tradições de luta no Brasil nos anos 2000. *Lutas Sociais*, São Paulo, n. 25-26, p. 191-205, 2011.
- SOUZA, Davisson Cangussu de. Lutas de classes e ciclo de lutas no Brasil de 2003-2013: os limites para a constituição de uma força social. *In: AMORIM, Henrique; SOUZA, Davisson Cangussu de (org.). As classes sociais no início do século XXI*. 1. v. São Paulo: Annablume, 2017. p. 57-88.
- TATAGIBA, Luciana; GALVÃO, Andreia. Os protestos no Brasil em tempos de crise (2011-2016). *Opinião Pública*, Campinas, v. 1, n. 25, p. 63-96, 2019.
- TROPIA, Patrícia Vieira. “Não vai ter golpe!” E “Fora Dilma!”: o sindicalismo brasileiro diante do golpe de 2016. *In: NORONHA, Gilberto Cesar de; SILVA, Idalice Ribeiro; NASCIMENTO, Mara Regina do (org.). O Golpe de 2016 e a Corrosão da Democracia no Brasil*. Jundiaí: Paco Editorial, 2020. p. 165-188.